



Capital social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA

Dimitri Fazito
(Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional –
Cedeplar/UFMG, doutor)

Weber Soares
(Instituto de Geociências – IGC/UFMG, doutor)

Resumo

Este artigo encerra o propósito de confrontar o conceito clássico (substancialista) de capital social com as proposições teóricas e metodológicas da Análise de Redes Sociais (ARS) sobre esse tipo de capital para, ao abrigo da concepção de migração como processo de deslocamento no espaço geográfico, compreender, formalmente, o papel desempenhado pelos “mecanismos intermediários” no sistema migratório internacional Brasil/EUA

Abstract:

In this article the authors propose the revision of the conventional (essentialist) approach on social capital – which tends to reify its relational resources into social constructs like solidarity –, pointing to the more adequate theoretical and methodological propositions of the Social Network Analysis (SNA). Further, the relational approach on social capital is applied to the empirical analysis of the international migration system between Brazil and USA, viewed as a displacement process across the physical and social space in which the “intermediate mechanisms” (brokers) accrue for practical and expressive resources in their social networks, entailing a rather specific social capital in the system.

Recebido 11/2009
Aprovado 03/2010

Palavras-chave: Capital social; Análise de redes sociais; Mecanismos intermediários; Sistema migratório.

Key-words: *Social capital; Social network analysis; Intermediate mechanisms; Migratory system.*

fazito@cedeplar.ufmg.br
weber.igc@gmail.com



Introdução

Além da importância das redes pessoais para as estratégias de deslocamento internacional, os estudos recentes sobre a “sociologia econômica da imigração” têm apontado relação necessária entre o capital social e o processo adaptativo dos imigrantes nas áreas de destino (PORTES e SENSENBRENNER, 1993; PORTES, 1995; FERNÁNDEZ-KELLY, 1995). Na perspectiva clássica, o conceito de “capital social” é utilizado com o objetivo de qualificar a influência das normas e dos valores sociais de uma coletividade sobre as ações individuais. À vista disso, a intenção que preside a análise clássica desse capital consiste em identificar a maneira pela qual e em que medida as estratégias individuais de adaptação associam-se à inserção dos migrantes na estrutura social do contexto migratório.

O foco analítico sobre o capital social não compromete as análises sobre o papel do “capital humano” na assimilação dos imigrantes pela sociedade receptora, em especial, no mercado de trabalho. O capital humano corresponde às habilidades individuais inatas ou adquiridas pelos imigrantes que são utilizadas de forma instrumental no mercado de trabalho (racionalidade econômica) para que a adaptação logre sucesso (BORJAS, 1996). Enquanto o “capital humano” salienta a capacidade individual para a tomada de decisões racionais num campo de interações, o “capital social” tem foco nos aspectos coletivos e estruturais que constroem e facilitam as ações individuais (BOURDIEU, 1980; COLEMAN, 1988).

Diferentes vertentes teóricas sobre o capital social têm atribuído uma diversidade de funções a esse conceito, tornando-o tão obscuro que, de fato, sua operacionalização nas análises dos processos migratórios não tem obtido grande êxito. Em razão disso é que se faz aqui o esforço de confrontar o conceito clássico (substancialista?) de capital social com as proposições teóricas e metodológicas da Análise de Redes Sociais (ARS) sobre esse tipo de capital: o conceito de fechamento de rede e o de buracos estruturais são submetidos a exame para mostrar que, se trabalhados de forma intercambiável em vez de opositiva, revelam eles, por meio dessa articulação, o fundamento do que de fato vem a ser capital social.

Ao abrigo da concepção de migração como processo de deslocamento no espaço geográfico e dessa incursão epistemológica sobre o capital social é que se dá o passo seguinte na ordem de exposição. Assim, a aplicação da análise estrutural ao sistema migratório internacional Brasil/EUA busca estabelecer outras plausíveis conexões de sentido sobre o fenômeno empírico dos deslocamentos humanos e compreender, formalmente, o papel desempenhado pelos “mecanismos intermediários” nesse sistema.

Os sistemas de migração proporcionam posições estruturais formais de intermediação que são ocupadas por atores concretos de determinado contexto histórico e social. Tanto mais forte e proeminente será a posição estrutural e, por conseqüência, o ator a ocupá-la quanto mais central, inserida (*embedded*), concentrada e exclusiva ela for em relação às demais posições do sistema. Daí que as medidas de rede, os algoritmos dos grafos e a composição estrutural qualitativa do sistema determinam uma espécie de escala gradual de referência, segundo a qual os atores podem ser identificados, avaliados e comparados entre si, de acordo com as posições estruturais formais ocupadas e as relações estabelecidas com os outros atores.

Enfim, a análise de redes sociais fornece os elementos que operacionalizam e dão mais visibilidade aos efeitos da estrutura, da agência individual e da natureza da articulação que se estabelece entre o





fraco determinismo e a racionalidade relativa: a estrutura determina e é determinada pelas interações entre os atores; a estrutura é, ao mesmo tempo, constrangimento “formal” e efeito das interações (DEGENNE e FORSE, 1999).

As formas do capital social

A perspectiva clássica sobre o capital social

Para James Coleman (1990), o termo “capital social” foi empregado inicialmente pelo economista G. Loury (1977) para identificar os “recursos sociais” que poderiam ser utilizados pelos indivíduos no desenvolvimento do capital humano – recursos esses herdados especialmente das relações familiares e comunitárias (COLEMAN, 1988). O capital social não deveria, entretanto, ser tomado como simples *propriedade individual*, ou recurso especial acionado instrumentalmente pelo indivíduo; o que distingue esse tipo de capital das formas física e humana de capital é, basicamente, sua propriedade coletiva e estrutural – o capital social consiste em “bem público” (COLEMAN, 1990).

A sociedade não é um mero agregado de indivíduos, ela é constituída por redes de atores, individuais e coletivos, interdependentes, e sobrepostas. Definido pela função que exerce, o capital social não é uma entidade isolada, mas “...uma variedade de entidades diferentes que possuem duas características comuns: elas são compostas por algum aspecto da estrutura social e facilitam ações individuais presentes nessa mesma estrutura” (COLEMAN, 1990: 302).

Presente na estrutura social na qual se conserva e se reproduz, o capital social *facilita* ações individuais e só pode existir, ao contrário do capital físico e humano, nas relações presentes *entre* os atores da estrutura social. Na perspectiva das redes sociais, o capital físico e o humano conservam-se nos “nós” como propriedade atomizada, e o capital social mantém-se nos “laços” como propriedade da estrutura social (COLEMAN, 1990).

Como atributo da estrutura social que tem por finalidade objetiva a facilitação das ações individuais, o capital social tem sua origem nas obrigações morais, normas coletivas e organização social (COLEMAN, 1988; 1990). Assim, valores sociais tais como confiança, respeito, autoridade etc., funcionam como formas de capital social disponíveis aos indivíduos conforme sua inserção (*embeddedness*) na estrutura social.

Consagrada por James Coleman, essa perspectiva sobre o capital social tornou-se clássica e influenciou a maior parte dos estudos sobre o tema em diversas áreas das ciências sociais; todavia, sua difusão por diferentes vertentes teóricas e práticas mostrou-se desordenada. Afinal restou um arremedo de “qualidades e funções” que revelavam mais uma metáfora para “vantagens individuais comparativas” do que propriamente um instrumento heurístico (BURT, 2000; LIN, 2001): o capital social torna-se, progressivamente, sinônimo de “vantagem utilitarista”, ou melhor, recurso estratégico originado na confiança e nas normas sociais da coletividade que os indivíduos ou comunidades poderiam utilizar vantajosamente para determinado fim.

Em Coleman (1990), a relativa autonomia do capital social correspondente aos atores individuais e coletivos não é muito clara, pois importa mais, nesse caso, salientar a “utilização” que os indivíduos fazem de um recurso disponível na estrutura social, isto é, reconhecer que o capital social só adquire sentido com relação ao seu *valor de uso*, embora seja ele extremamente volátil. Aceitar essa concepção implica correr o risco de “substancializar” o capital social em função de sua utilidade cotidiana e, conseqüentemente, reificá-lo em suas diversas formas de “manifestação” – confiança, normas, crenças etc.



Essa perspectiva substancialista de Coleman tem sido adotada por vários cientistas sociais que, em virtude disso, passam a definir capital social como “solidariedade”, “coesão social” e “reciprocidade”. Daí, dependendo da perspectiva teórica desses cientistas, capital social desponta como recurso instrumental tanto individual quanto coletivo (LIN, 2001): Robert Putnam (1993: 167), por exemplo, concebe capital social como conjunto de “...elementos da organização social, tais como confiança, normas e redes, que são capazes de tornar as sociedades mais eficientes porque facilitam ações coordenadas”; na mesma linha, Francis Fukuyama (2003: 15) define o capital social como “... normas ou valores compartilhados que promovem a cooperação social”.

Em síntese, o capital social é percebido hegemonicamente nas ciências sociais como uma categoria instrumental, disputada nas interações cotidianas; é tido como “objeto” que confere vantagens a uns em detrimento de outros, como recurso social manipulável, reversível e intercambiável em diferentes contextos de ação. Em sua acepção clássica, o conceito de “capital social” é revestido por um discurso instrumentalista que salienta a proeminência do indivíduo sobre a estrutura (GRANOVETTER, 1985).

A perspectiva relacional sobre o capital social

Em paralelo à perspectiva clássica sobre o capital social, desenvolveu-se, no campo da Análise de Redes Sociais (ARS), um conjunto fragmentado de proposições teóricas e metodológicas organizadas objetivamente em torno do conceito desse tipo de capital (ENGLE, 1999; BURT, 1992 e 2000; ADLER e KWON, 1999; LIN, 2001).

O arcabouço teórico e metodológico da análise de redes sociais é acionado para lançar luz sobre as interações sociais. As populações humanas estão conectadas por meio de amplas e complexas redes sociais, que se manifestam em várias instâncias; as redes funcionam como circuito de tráfego no ambiente social, como trajetórias relacionais prováveis que ligam certos atores/nós e fornecem, a um só tempo, oportunidades e constrangimentos (SOARES, 2002). O foco analítico está voltado, nesse caso, para as relações e estruturas sociais, ou melhor, para o padrão regular de relações entre as posições ocupadas pelos atores – estrutura social – e para os fluxos relacionais que determinam a posição estrutural de cada um dos atores na rede (WELLMAN, 1999).

À vista disso, deve o analista de redes preocupar-se com a lógica organizacional das posições ocupadas pelos atores na estrutura social e com a forma pela qual ela facilita ou constrange as ações (KNOKE & KUKLINSKI, 1982). Por meio desse recurso analítico, a complexidade da rede é simplificada pela redução de um grande número de (N) atores a números menores de (M) posições, desde que esses atores empíricos ocupem a mesma posição: médicos, enfermeiras e pacientes num hospital, por exemplo.

A análise do capital social, consoante à perspectiva relacional, sugere que as posições estruturais ocupadas pelos atores individuais e coletivos e numa rede são em si mesmas recursos estratégicos que podem facilitar determinado curso de ação e constranger outros: o capital social de um médico é, por exemplo, diferente do capital social do paciente pelo fato de que ambos mantêm relações objetivas diferentes com outros médicos e pacientes na estrutura reticular. Ademais, médicos do mesmo hospital podem ter acessos distintos ao capital social disponível na rede total em virtude das relações concretas que sustentam com outras “posições” latentes na rede pessoal deles.

O capital social, como propriedade da estrutura social, depende das disposições estruturais dos atores e das relações por eles estabelecidas nas redes; não pode, todavia, ser produzido e mantido





individualmente, pois às conexões existentes entre as diferentes posições ocupadas pelos diversos atores reticulares está ele, capital, subordinado.

O atual conceito de capital social, à luz da ARS, desenvolveu-se com base em duas linhas de pesquisa diferentes, porém, compatíveis: 1) a que se fundamenta na idéia de “fechamento da rede” (SIMMEL, 1950 e 1955; COLEMAN, 1990; GRANOVETTER, 1973); e 2) a que toma como referência a idéia de “buracos estruturais” (BURT, 1992; 2000).

Simmel, Coleman, Granovetter e o fechamento da rede

Baseada nas considerações do sociólogo alemão Georg Simmel (1950; 1955) sobre os processos de formação e manutenção dos grupos sociais, a idéia de “fechamento da rede” guarda pertinência com a concepção de capital social como produto da coesão social interna de um grupo ou comunidade: cooperação e solidariedade entre membros da mesma comunidade são atributos que tal concepção põe em relevo.

Para Simmel, a principal unidade de composição social é a *triade* (conjunto de três atores e seus vínculos). Na triade, processos de “*sociação*” tão diversos quanto a cooperação e a competição podem produzir os mesmos efeitos e graus de solidariedade e coesão social dentro do grupo, porque as *formas* sociais (dir-se-ia atualmente estrutura) podem apresentar uma “organização invariante” – efeito *topológico* – que canaliza as expressões propriamente sociais para uma ordem ou padrão particular. (SIMMEL, 1955)

Nas relações *diádicas* (par de atores), o poder de decisão individual sobrepuja em muito as forças coletivas – se um dos lados da relação decidir não cooperar a união se desfaz. No caso da topologia triádica, a “forma social” assume poder de constrangimento sobre os indivíduos e canaliza as ações para a produção e manutenção da ordem coletiva: se os atores A e B têm um *laço forte* com C, no momento em que o ator A não quiser cooperar com B, C pode, caso haja ganho coletivo, atuar como intermediário na negociação seja pela persuasão ou simplesmente pelo fato de que A “teme” desrespeitar ou perder a confiança de C.

Logo, não é por acaso que Mark Granovetter (1973), ao pesquisar a força dos laços sociais, afirmou que a *triade simmeliana* é, por definição, constituída de laços fortes. Em razão dessa “intuição”, referente a forma e a força das relações sobre os comportamentos individuais, Simmel (1950) sugere que para a cooperação, para o desenvolvimento da solidariedade e para a coesão social é fundamental que a triade se feche sobre si mesma.

Ao passo que essa tendência de “fechamento da triade” e, por conseqüência, de toda a rede fundamenta a teoria de Coleman (1990) sobre o capital social, porque ela enseja a produção de valores, normas e obrigações, autoridade, confiança e prestígio entre os membros do grupo; deve-se, no entanto, à contribuição de Granovetter a formalização desse processo de fechamento e de sua associação com o capital social (ENGLE, 1999; ADLER e KWON, 1999).

Para Granovetter (1973: 1361) as relações sociais comportam laços fortes e laços fracos; e a força de um laço “...resulta da combinação, provavelmente linear, da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da confiança mútua e dos serviços recíprocos existentes no laço”. Além disso, nas redes, verificam-se regiões que abrigam grande concentração de laços fortes e, conseqüentemente, suportam sobreposição de triades, e, noutras regiões reticulares, a distribuição dos laços não se mostra de forma homogênea e muito menos independente, nelas ocorre a predominância de laços fracos ou simplesmente a inexistência de laços.





Com efeito, a rede não é consequência, apenas, das relações que de fato existem entre os atores; ela é também o resultado da ausência de relações, da falta de laços diretos entre dois atores, do que BURT (1992) chama de “buracos estruturais”. O “desenho” do tecido social apresenta-se, desse modo, como algo semelhante a um queijo suíço. Para os analistas que salientam o “fechamento da rede”, o capital social guarda relação direta e proporcional com a quantidade de *cliques* (ou núcleos de tríades sobrepostas) e com a intensidade dos laços fortes (ENGLE, 1999).

O laço forte que “fecha” a tríade sobre si mesma recebeu especial atenção de Georg Simmel (1950) que o qualificou de *tertius gaudens* (a terceira parte beneficiada, BURT, 1992). “O surgimento de um terceiro participante indica transição, conciliação e abandono do contraste absoluto e, por isso, o fechamento da tríade inibe o individualismo, fortalece as normas coletivas, a solidariedade e a coesão interna do grupo” (SIMMEL, 1950: 145). A esse terceiro laço responsável pelo fechamento de uma tríade David Krackhardt (1996) chamou de “laço simmeliano”, pois topologicamente relações diádicas modificam-se quando dois atores possuem um laço simmeliano com terceiro indivíduo comum. Existe uma tendência estrutural de que o laço dessa díade se fortaleça e aumente o capital social do grupo.

Em suma, de acordo com Scott Engle (1999), as análises sobre o capital social à luz do “fechamento da rede” e da presença de laços simmelianos, apontam principalmente para: 1) a emergência das normas e da confiança; 2) a redução do poder individual de barganha (*tertius gaudens*), e aumento do capital social da coletividade em detrimento dos indivíduos; 3) a redução dos desequilíbrios e conflitos internos pelo aumento da cooperação; e 4) elevação da coesão interna, da solidariedade e do controle estrutural (normativo).

Burt e os buracos estruturais

Já a idéia de “buraco estrutural” vincula-se ao entendimento de capital social como a posição estrutural ocupada por um ator na rede e as vantagens auferidas pela manipulação das relações de exclusividade aí concentradas – o aspecto competitivo das diferentes posições estruturais de uma rede, como a dos chamados intermediários, é o que essa concepção salienta. De modo que, se as análises sobre o fechamento da rede tendem a focalizar os laços *internos* dos grupos e a chamada *densidade* das relações de rede, compreendem o capital social como recurso que é manipulado internamente pelos grupos ou *cliques*; a densidade das relações *externas* aos grupos e a maneira pela qual os atores se orientam com base nelas, constitui o foco das análises que se ancoram no conceito de buracos estruturais.

Com a intenção de avaliar o modo de os indivíduos utilizarem estrategicamente seus contatos pessoais para a consecução de uma ação bem sucedida – para obter, por exemplo, promoção numa empresa ou informações estratégicas de mercado antes de outros competidores – Ronald Burt (1992) vale-se da expressão “buracos estruturais” para designar a heterogeneidade da constituição e distribuição das relações fortes e fracas no tecido social. Em vez de desenvolvimento, cooperação e solidariedade interna do grupo, conceitos caros para os analistas que têm como foco o fechamento da rede; Burt (1992) sustenta que os buracos estruturais associam-se ao desempenho competitivo dos atores numa rede de relações e posições estruturais objetivas – o capital social consiste em propriedade estrutural e cria “vantagem competitiva” individual.

A “teoria” dos buracos estruturais de Burt (1992) consolidou-se com base na confluência de três grandes avanços teórico-metodológicos da análise de redes sociais nos últimos 30 anos: 1) a pesquisa





sobre a força dos laços sociais de Granovetter; 2) as medidas estruturais de centralidade de Freeman; e 3) a teoria das “redes de troca” (*exchange networks*); (ENGLE, 1999; BURT, 2000; ADLER e KWON, 1999; LIN, 2001).

Embora Granovetter (1973) tenha contribuído para a formalização da tríade simmeliana, e sua intenção tenha sido a de desenvolver uma teoria da *inserção estrutural da ação econômica* (GRANOVETTER, 1985), o estudo que ele dedica a força dos laços fracos põe ênfase no papel particular das *tríades abertas* e da produção de laços fracos numa rede social. A formação das tríades é um fenômeno local, pois depende da elevada concentração de laços fortes em espaço social restrito (GRANOVETTER, 1973; 1970). Por isso mesmo, as *redes pessoais egocentradas* são mecanismos privilegiados para fechamento das tríades e formação de *cliques*: se A e C têm em B um grande amigo, então cedo ou tarde é provável que A e C venham a se conhecer e se tornem amigos.

A ausência de um terceiro laço forte na tríade é, então, momentânea. De início, todos os laços fracos [o laço que une dois atores entre si (A e B), por *intermédio* de um terceiro membro (C), é, por definição, um *laço fraco*] existentes numa rede funcionam como “pontes” (o laço fraco que permite a existência de uma *tríade aberta* é chamado de “ponte” – *bridge*) que conectam núcleos de tríades distantes umas das outras por meio da relação entre dois atores. Depois de estabelecido o contato, os laços fracos tendem a se tornar fortes, a aproximar e a unir tríades diferentes. A “força dos laços fracos” está na capacidade deles de difundir novas idéias, informações e recursos entre grupos estruturalmente diferentes e até divergentes: os recursos que aí são trocados comportam menor grau de redundância (GRANOVETTER, 1973).

Ao passo que Granovetter (1995) encontra capital social nos laços fracos, pela capacidade que eles apresentam de aproximar e diversificar as informações e os recursos internos de diferentes grupos (empreendedores de diferentes grupos imigrantes, por exemplo); Burt (1992) reconhece que a eficácia do capital social nos laços fracos está na capacidade que os *intermediários* (pontes) têm de *bloquear* contatos e transações entre duas partes distintas.

Se, para Simmel (1950), essa capacidade estratégica pode ser exercida pelo terceiro membro da tríade, o *tertius gaudens*, porque, sendo ele um laço forte, torna possível, pela prática de alguma forma de controle, a resolução (intermediação) de conflitos entre duas partes litigantes e, com isso, beneficia todo o grupo (cooperação); para Burt (1992) o papel do *tertius gaudens* pode também emergir de uma situação na qual dois membros não se conhecem: a presença, por exemplo, de um empresário intermediário (C) que negocia a venda e compra de mercadorias entre A e B – nesse caso, um laço fraco (ponte). O que Burt salienta, portanto, é a capacidade de intermediação entre partes distintas como medida de capital social; e, por causa dessa intermediação, o termo “agente” (*broker*) é utilizado no lugar de ponte para indicar a vantagem competitiva do indivíduo que ocupa uma posição estrutural privilegiada. Fato é que tanto na perspectiva de Simmel quanto na Burt o *tertius gaudens* tem a capacidade de interceder em favor de ou contra as outras partes dependendo do interesse pessoal dele.

A posição estrutural de qualquer agente deriva da concentração e da combinação de laços fracos e fortes em relação a diversos atores na rede. O “agente” ideal seria, conforme a teoria dos buracos estruturais de Burt, o que ocupa a *posição estrutural* mais central e intermediária da rede e, por conseguinte, o que concentra elevado capital social. Capital esse que desponta como propriedade da estrutura da rede, mais especificamente, como recurso objetivo que a ocupação de uma posição estrutural singular faculta: o indivíduo não pode manipular com autonomia esse capital, porque ele





depende das relações concretas que sua posição na estrutura social proporciona com referência às posições estruturais de outros atores da rede.

À medida que o fechamento da tríade sinaliza estabilidade e coesão interna, os buracos estruturais indicam dinâmica e renovação das relações estruturais; referem-se a “[...] vantagem de curto prazo que tende ao equilíbrio – no equilíbrio essa vantagem acaba” (BURT, 2000, p. 13).

Enfim, a idéia de que o capital social expressa a proporção de “buracos estruturais” em uma rede (BURT, 2000) completa-se com a “teoria das redes de trocas” (BRASS, 1992; COOK et al., 1983): as “redes de trocas” envolvem os indivíduos em relações de poder e modificam a natureza da estrutura social, em vista do que o poder produzido e negociado entre atores de uma rede atua como um constrangimento sobre a estrutura social. (ENGLE, 1999).

A criação e distribuição do poder na rede social é fundamento para a compreensão dos buracos estruturais, porquanto o que os atores negociam em suas redes pessoais é o exercício do poder de constranger ou facilitar ações com base nas posições que ocupam na estrutura social: ao compasso da teoria dos buracos estruturais, se um ator ocupa uma posição estrutural que a ele confere centralidade *dentro* do grupo e, ao mesmo tempo, torna possível conexões exclusivas com posições *fora* do grupo, então maior controle e poder será produzido e barganhado por esse ator, tanto em relação aos membros internos quanto no tocante aos atores de outros grupos.

Posicionamento e recursos na rede

Estas duas principais perspectivas relacionais, a que se funda na concepção de fechamento de rede e a que se serve do conceito de buracos estruturais, põem-se em harmonia pela combinação conceitual proposta por Lin (2001). Nessa combinação o capital social passa a ser entendido como o *conjunto de recursos materiais e simbólicos inseridos na rede social e os posicionamentos nessa mesma rede*.

Dessa forma, a teoria de redes sociais identifica o capital social como recursos que estão presentes nas estruturas reticulares, ou seja, o capital social consiste na quantidade ou variedade de laços sociais que vinculam os atores e suas posições estruturais a determinados recursos sociais, tais como riqueza, poder e status.

A mensuração objetiva desses recursos sociais está associada aos *recursos de rede* e aos *recursos de contato*. “Os recursos de rede encontram-se presentes na rede *egocentrada* de um ator; e os recursos de contato, nos contatos utilizados como auxiliares na ação instrumental, como, por exemplo, na procura de um emprego. Assim, os recursos de rede são os que estão disponíveis na rede, e os recursos de contato correspondem aos recursos que se mobilizam na ação instrumental” (LIN, 2001).

Lin (2001) reforça a idéia de que o capital social, como toda forma de capital – econômico, humano, cultural ou simbólico – corresponde necessariamente a “recurso” que é produzido, distribuído, consumido e investido. A especificidade dessa forma de capital está em sua relação com os atores sociais, individuais e coletivos, visto que ele é criado nas estruturas reticulares e expressa a associação entre a estrutura, a topologia dela, e os indivíduos estrategicamente posicionados. Tanto a estrutura quanto os indivíduos não podem, isoladamente, exercer o controle efetivo e independente do capital social, pois ele não se acumula na estrutura ou nos indivíduo de forma independente.

Já o posicionamento – ação de se posicionar em relação aos lugares ocupados pelos atores na estrutura –, como indicador chave de capital social deve estar dissociado da dinâmica dos recursos





presentes nas redes, recursos que são continuamente produzidos e investidos. Com efeito, existem poucas dúvidas de que os recursos disseminados nas redes sejam medidas válidas de capital social; resta saber, no entanto, se os posicionamentos correspondem a capital social ou são precursores desse capital: caso a valorização do capital social signifique a “[...] apropriação de recursos valorados nas relações sociais, então o posicionamento na rede deve facilitar e não necessariamente determinar o acesso aos melhores recursos aí existentes” (LIN, 2001, p. 13).

Não basta que o ator ocupe uma posição estruturalmente favorável ou privilegiada; é necessário também que ele identifique as expectativas recíprocas dos atores que se relacionam na rede, para daí avaliar a predisposição deles acerca de determinada ação instrumental. Torna-se evidente, afinal, que os mecanismos de fechamento da rede e os buracos estruturais atuam de forma coordenada, em associação com os recursos disseminados na estrutura e as expectativas, instrumentais e expressivas, dos diversos atores: o indivíduo que ocupa a posição do *tertius gaudens* pode instrumentalizar sua ação para aumentar o próprio capital social (pode impedir, por exemplo, contatos entre outros atores) se esse objetivo está de acordo com as expectativas dos atores envolvidos na relação; pode ainda distribuir o capital adquirido numa ação (do tipo *expressiva*, LIN, 2001: 19) para conservar o capital já produzido e compartilhá-lo com todo o grupo quando a tríade se fecha e a cooperação se torna possível.

Redes sociais, capital social e migração internacional de brasileiros

O recurso ao arcabouço teórico da análise de redes põe à mostra que o

“[...] ambiente social joga um papel efetivo no caso da migração internacional, porque ela só ocorre de fato se a rede social a que pertence determinado ator propicia o conjunto de laços/conexões que permite levá-la a efeito. Essa rede social abriga várias redes sociais e adquire a instância de rede migratória em virtude do processo em torno do qual ela se organiza” (SOARES, 2002, p. 104).

A rede migratória internacional é um tipo específico de rede social – da qual fazem parte certas representações sociais que constituem o cerne da cultura migratória – que agrega redes sociais existentes, redes pessoais, por exemplo, e enseja a criação de outras redes, como é o caso das agências de falsificação de documentos; consiste, portanto, em rede de redes sociais. Cada uma dessas redes sociais que integra a rede migratória internacional atua consoante lógicas próprias (SOARES, 2002).

Logo, não é a rede pessoal do ator que determina a migração,

“[...] mas são as articulações estabelecidas por essa rede com outras redes sociais organizadas consoante o princípio compartilhado de migrar, em associação com fatores sociais, econômicos, políticos, simbólicos, afetivos etc., que tornam a migração provável: em Valadares, se o migrante potencial não estiver inserido na rede migratória internacional, se a rede pessoal dele não abrigar os laços/conexões que permitem acionar essa rede migratória é pouco provável que a migração se dê; é preciso que o ator tenha os laços “certos” com os atores “certos” (SOARES, 2002, p. 105).

Ademais, importa admitir que os indivíduos tornam-se migrantes devido à predisposição estrutural concebida nas relações concretas e cotidianas das redes pessoais: o indivíduo não se torna migrante apenas pelo desejo de se deslocar, uma vez que é necessário conhecer as categorias sociais que qualificam o migrante e a ação de migrar (TILLY, 1990). O projeto migratório desenvolve-se por meio de relações cotidianas entre diversos atores sociais posicionados estrategicamente na estrutura social.





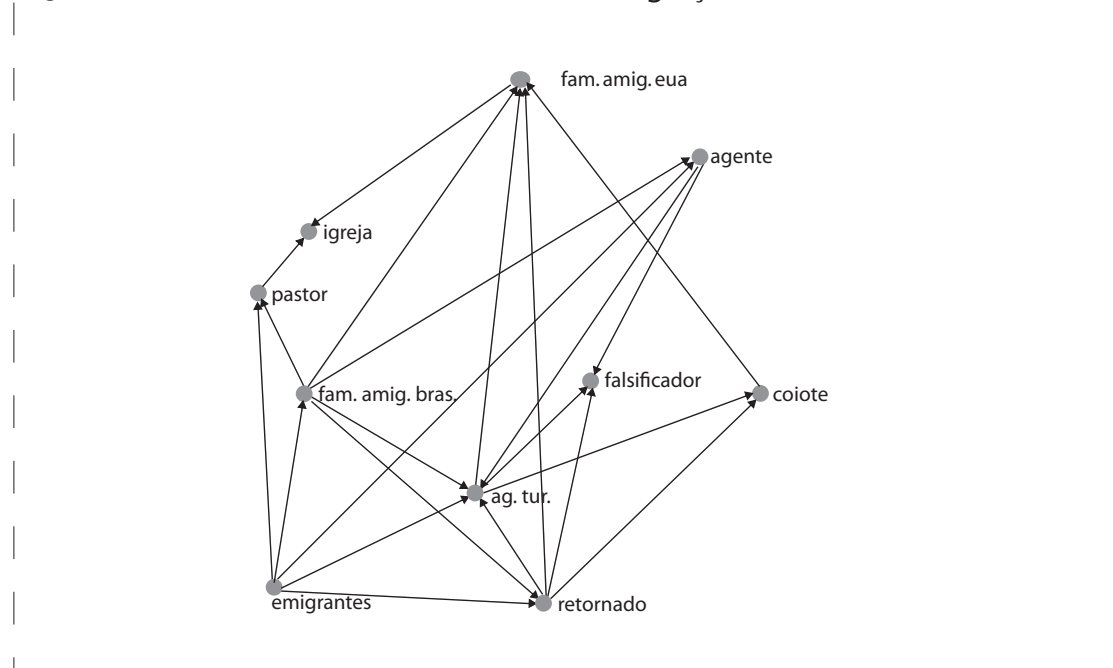
Assim, existem pessoas em condições/posições estruturais mais favoráveis ao migrar que não têm intenção de morar noutro país e, ao contrário, há pessoas que mesmo em desvantagem topológica farão todo o esforço necessário para levar a efeito o deslocamento. O grau de sucesso da migração é, no entanto, determinado pela conjunção dos fatores estruturais e instrumentais da agência (TILLY, 1990).

A topologia de uma rede social dos processos migratórios põe em evidência posições intermediárias primordiais para a configuração de um sistema migratório; sistema esse que não é composto apenas pela origem e destino dos migrantes: é fundamental identificar objetivamente a trajetória dos migrantes pelos canais intermediários que conectam ambos, origem e destino (FAZITO, 2005).

No caso das posições estruturais estabelecidas no sistema de migração internacional Brasil/EUA, vale o registro das que se seguem: 1) emigrantes; 2) familiares e amigos (no Brasil); 3) familiares e amigos (nos EUA); 4) agentes (recrutadores/*brokers*); 5) agências de turismo; 6) falsificadores (*brokers* para documentos); 7) retornados; 8) igrejas (na comunidade de imigrantes); 9) pastores; e 10) *coiotes* (mexicanos) (FAZITO, 2005).

Para a consecução do migrar, apresentam-se três alternativas objetivas de deslocamento (expressas graficamente na Fig. 1, abaixo): 1) se o emigrante brasileiro consegue o visto de turista, então é capaz de viajar, de entrar e fixar-se em território americano, necessitando apenas de entrar em contato com a agência de turismo na saída do Brasil e com os familiares ou amigos no

Figura 1 Modelo estrutural do sistema de migração internacional Brasil/EUA



Fonte: Fazito, 2005.





destino; 2. se o emigrante não é capaz de adquirir o visto de turista, pode lançar mão de sua rede pessoal no Brasil (familiares e amigos) e, posteriormente (ou, de imediato, mesmo sem contatos pessoais), optar pelo suporte de um agente (recrutador especializado ou retornado) que, por sua vez, caso seja necessário, aciona o agente da falsificação, a agência de turismo e, finalmente, põe o emigrante em contato com sua rede pessoal no destino — nessa alternativa deve considerar-se ainda a possibilidade de entrada via fronteira mexicana, caso em que o *coiote* de fronteira é acionado pelos agentes brasileiros; e 3) o emigrante pode afinal tirar proveito da rota instituída pelas igrejas da comunidade migrante – ele tem a possibilidade de demandar um pastor evangélico, seja de imediato, seja pelos laços de sua rede pessoal que, por sua vez, aciona sua rede pessoal e profissional, utiliza a intermediação das agências de turismo (ou mesmo de agentes especializados, caso não obtivesse visto oficial) para a travessia e, finalmente, no destino, põe o emigrante em contato com a igreja da comunidade (FAZITO, 2005).

A análise das propriedades estruturais desse sistema migratório leva ao conhecimento de uma densidade média de 0.244 e de coesão relativamente alta, 0.315. Considerando-se que a distância geodésica média entre todas as posições do sistema é de apenas 1.4 (e a maior geodésica entre dois vértices é de 3 passos), cabe afirmar, então, que o sistema é relativamente bem conectado e ativo, ou seja, a relação entre as posições estruturais garante aos atores, na prática, a possibilidade de se conectarem facilmente e de forma estável. Daí, o sistema pode tornar-se mais dinâmico, flexível e ativo, pois os atores (emigrantes, intermediários e receptores) são capazes de utilizar diversas estratégias de conexão ao mesmo tempo. Quando bem apoiados por suas redes pessoais (e, dependendo, empiricamente, da extensão e força dos laços de sua rede pessoal), os emigrantes têm a faculdade de ativar diferentes estratégias de deslocamento sem entraves estruturais. Como sugerem os graus de centralidade, de saída (35%) e de entrada (22%), embora haja boa coesão interna e densidade no sistema (o grau de inserção dos atores tende a ser moderado diante da relação das posições estruturais), cabe esperar concentração moderada e baixa dos fluxos sobre as posições. Portanto, mesmo que a coesão e a densidade favoreçam o fortalecimento de determinadas posições estruturais ou “blocos de posições” (em especial a associação emigrante/família), não há no sistema concentração correspondente quanto às posições de intermediação. Por conseqüência, o sistema parece ser mais difuso e esparsa, com baixa tendência à aglomeração em torno das posições, média transitividade (0.276) e maior heterogeneidade quanto à distribuição da força dos intermediários (centralidade de intermediação de apenas 6%) (FAZITO, 2005).

Quando se têm em conta as posições intermediárias desse sistema, verifica-se a proeminência relativa da posição ocupada pelas agências de turismo. Embora o sistema de intermediação seja mais difuso e esparsa, o que gera instabilidade e competição mais acirrada entre os diversos atores em suas posições, os algoritmos de rede indicam sistematicamente as agências de turismo como ocupantes da posição mais privilegiada para a intermediação. Em relação ao grau de centralidade, as agências apresentam distribuição mais equilibrada e acentuada dos fluxos, seguidas pelos retornados e agentes recrutadores. Se comparados os valores de intermediação obtidos individualmente (para cada posição isolada) com o valor global obtido para todo o sistema (6%), mais uma vez as agências despontam com um grau de intermediação acima (7%). Ainda que o índice global de intermediação dos fluxos tenha sido de apenas 2%, sugerindo inexistência virtual de preferência ou dominância de alguma posição intermediária, as agências de turismo aparecem como única posição a concentrar, por uma tendência (talvez) empírica do sistema, os fluxos de intermediação – elas comportam também um índice de 2% (FAZITO, 2005).





Além disso, o sistema migratório Brasil/EUA, como se verifica no sociograma, não comporta vértices-obstáculos ideais (*cutpoints*), em face disso as agências de turismo deveriam ser entendidas apenas como atores que ocupam posições estruturais mais favorecidas no campo empírico, se bem que, formalmente, não tenham nenhuma preponderância concreta sobre outras posições intermediárias. A simulação dos vértices-obstáculos e dos blocos estruturais do sistema mostra que a composição agências de turismo, pastor, retornados e a rede familiares e de amizade corresponde a um bloco de intermediação desse sistema que isola origem e destino – é preciso notar que a posição dos agentes (brocker), coioetes e falsificadores depende das agências de turismo, ao mesmo passo que as redes familiares e amizade no Brasil e nos EUA também dependem das posições intermediárias ocupadas pelos pastores, retornados e agências.

O poder de intermediação no sistema migratório, mesmo que formalmente limitado, concentra-se primeiro nas agências de turismo, depois nos pastores (na realidade, um “poder local”, uma vez que está ele restrito aos imigrantes adeptos de uma “Igreja” particular) e, por fim, nos retornados brasileiros (*brokers* que são capazes de competir mais acirradamente com as agências de turismo – fenômeno que se confirma e se reforça pelos relatos dos retornados que montam suas próprias agências turismo em Governador Valadares). Em geral, a posição de intermediação nesse sistema, bem como em todos os sistemas de migração internacional, é uma prerrogativa formal relativa que, em larga medida, independe dos processos empíricos de migração, isto é, a combinação ou sobreposição do sistema empírico com suas relações de ordem formal pode ocorrer ou não. Se essa sobreposição ocorre estaria ela a indicar, então, que certos atores estão em posição mais vantajosa do que outros (FAZITO, 2005).

Pelo seu caráter qualitativamente distinto no âmbito da experiência migratória internacional, as agências de “turismo” e as agências de falsificação de documentos, integrantes do sistema migratório Brasil/EUA, ganharam existência e aumentaram em quantidade ao longo do tempo em virtude do lucro obtido com uma dupla intermediação, a do fluxo de dólares e a do fluxo de emigrantes internacionais. Daí cabe reconhecer que à esfera regida por laços de parentesco, amizade, origem comum etc. agregam-se elementos/agentes de natureza institucional, empresarial que desempenham papel fundamental para o êxito da migração internacional (SOARES, 2002).

A análise estrutural mostra que, na hipótese da inexistência de agências de turismo capazes de ocupar com sucesso a posição de intermediação nesse sistema migratório, cedo ou tarde, outros atores conquistariam tal espaço, em razão dos estrangimentos formais relativos da estrutura reticular (SOARES, 2002). A preponderância efetiva das agências de turismo advém, nesse caso, de uma coincidência estrutural e empírica no curso histórico dos deslocamentos brasileiros, a saber: 1) da elevação do número de emigrantes internacionais a partir de meados da década de 80, 2) da intensificação da política de imigração norte-americana que favoreceu a clandestinidade das trajetórias, e 3) da consolidação das redes sociais dos emigrantes (FAZITO, 2005). Assim, no tocante às migrações internacionais de brasileiros para os EUA, em que há forte controle das entradas pelas autoridades estadunidenses, a trajetória de deslocamento torna-se muito clivada por laços pessoais que conectam os migrantes aos agentes intermediários (*brokers*). Esses agentes são responsáveis por todo o processo de traslado dos migrantes para os EUA, e desenvolvem mecanismos que facultam a entrada irregular/clandestina dos migrantes: é grande capacidade de sobrevivência das agências, agenciadores, falsificadores e suas conexões externas (como os *coyotes* mexicanos) em meio às es-





estratégias de controle oficial dos Estados brasileiro e americano. Dada a habilidade adquirida desses agentes em recrutar migrantes, novos agenciadores, internos e externos, a perspectiva da emigração clandestina (os novos migrantes em situação de irregularidade) torna-se cada vez mais intensa, diversa e fora do controle das autoridades públicas.

Considerações finais

A migração internacional depende, no caso brasileiro, do perfil das conexões/laços da rede social da qual toma parte o migrante; depende da posição estrutural que os fluxos “relacionais” conferem a ele nessa rede social, isto é, a rede social da qual o migrante participa deve comportar vínculos que o inscrevam na rede migratória internacional para a consecução do deslocamento.

Por ser entendido como propriedade estrutural *realizada* pela ação de atores (individuais ou coletivos) inseridos (*embedded*) na estrutura social; por ser uma *qualidade relacional* que emerge da interação concreta entre os atores numa rede de contatos, o capital social desponta como fundamento para a exploração e compreensão das redes sociais dos processos migratórios, em virtude das vantagens heurísticas que se evidenciam na sua operacionalização e mensuração objetiva por meio de recurso ao instrumental metodológico oferecido pela ARS. Em conformidade com essa assertiva, Abdelmalek Sayad (2000) registra que as migrações internacionais representam um deslocamento não apenas no espaço físico, mas também no território político das relações de poder, no espaço socialmente construído e negociado do cotidiano. A noção de capital social é de grande valia para a compreensão e avaliação das correlações entre as migrações internacionais e as trajetórias coletivas, em especial, no que diz respeito aos processos sociais de construção identitária.

Pesquisa recente sobre os migrantes internacionais de Governador Valadares informa que as agências de turismo (instituições e seus agentes) como intermediárias por excelência do processo migratório, ao reforçarem seus contatos com migrantes retornados internacionais, potencializam o capital social e ampliam a possibilidade de controle, manipulação e extensão das estratégias, rotas e alternativas de travessia das fronteiras, tanto legal quanto ilegalmente. Se assim é, cabe esperar que as redes pessoais dos migrantes valadarenses retornados comportem laços concentrados sobre posições intermediárias específicas ocupadas por notável presença de atores intermediários particulares (em especial, falsificadores e agenciadores especializados – como os *coyotes* mexicanos).

Parece razoável esperar também que a realização do projeto migratório internacional de valadarenses esteja associada à posse de um capital social específico, expresso nos recursos sociais das relações entre o migrante e seus familiares e amigos. De acordo com as teorias sobre migração, a realização do deslocamento é tanto mais bem sucedida quanto mais contatos pessoais (de ordem familiar e de amizade) existam para apoiar o migrante em sua trajetória. Indiretamente, uma avaliação objetiva do capital social na rede pessoal do migrante deveria demonstrar o alcance dessa hipótese.

De fato, o que se pode perceber inicialmente é a prevalência de contatos familiares nas redes pessoais, entremeadas também por contatos de menor intimidade que correspondem às principais estratégias estruturantes do deslocamento. Se bem que não se possa ainda avaliar com detalhes a estrutura reticular dos contatos de intermediação (em especial no caso das estratégias de migração irregular entre as fronteiras), verifica-se a tendência de forte concentração dos laços de apoio social (para a decisão de migrar: como ajuda financeira, emocional e falsificação de documentação) sobre posições estruturais exclusivas: nas redes pessoais dos migrantes os indivíduos que exercem alguma





atividade de suporte a migração (principalmente os falsificadores e agenciadores da emigração irregular) tendem a ocupar regiões esparsas e isoladas, nas quais os atores não são familiares, não se ligam a muitos outros *alters* das relações pessoais do *ego* e, por isso mesmo, ocupam uma posição estruturalmente muito especializada e pouco comum nas relações cotidianas dos migrantes.

Essas considerações telegráficas, de ordem mais empírica, sobre a migração internacional de Valadares associadas às formulações teóricas sobre a Análise de Redes Sociais e sobre o capital social ancoram-se, de uma perspectiva estrutural, no entendimento de que os mecanismos intermediários dos processos migratórios representam imposições formais da configuração de um sistema teórico. Na prática, existem diferentes atores que podem, eventualmente, desempenhar funções de intermediação. E, muito raramente, essas funções mostram-se explícitas e exclusivas, daí o porquê da dificuldade de perceber a importância de um papel tão específico e fundamental para a consecução do projeto migratório (FAZITO, 2005).

Por fim, importa registrar que a crítica de Burt (2000) endereçada às noções mais difundidas do capital social aplica-se às análises referentes à migração: o conceito figura metaforicamente nesse campo ao ser tomado como “solidariedade étnica”, “cultura”, “contatos pessoais”, “parentesco”, “coesão”, “confiança”, “valores” etc. (PORTES, 1995; FERNÁNDEZ-KELLY, 1995; ZHOU e BANKSON III, 1996; GRIECO, 1998). Mesmo que esses recursos sejam “utilizados” estrategicamente por indivíduos e grupos nos processos migratórios, em si mesmos eles não são capital social. Propriedade da estrutura social vinculada diretamente às posições estruturais ocupadas pelos atores e aos padrões relacionais objetivos que permitem a circulação de pessoas, informações e recursos em todo o sistema migratório, a estimativa do capital social por intermédio de indicadores de fechamento da rede e de buracos estruturais faculta compreensão mais precisa das redes que dão forma e “espalham” os fluxos migratórios (MASSEY et al., 1987).

Referências bibliográficas

- ADLER, P. S. e KWON, S. Social Capital: the Good, the Bad and the Ugly, paper apresentado à *Academy of Management Meeting*. Chicago, 1999.
- BORJAS, G. *Labor Economic*. McGraw Hill: New York, 1996.
- BOURDIEU, P. Le Capital Social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1980, 3, p. 2-3.
- BRASS, D. Power in Organizations: a social network perspective. *Research in Politics and Society*, 1992, 4, p. 295-323.
- BURT, R. *Structural Holes*. University of Chicago Press, Chicago, 1992.
- BURT, R.. The Network Structure of Social Capital. In; Robert Sutton e Barry Staw (eds.) *Research in Organizational Behavior*, 2000, vol. 22, JAI Press, Greenwich.
- COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 1988, 94, p. 95-120.
- COLEMAN, J. S. Foundations of Social Theory. Harvard University Press: Cambridge, 1990.
- COLEMAN, D. Population Regulation: a long range view. In; David Coleman e Roger Schofield (eds.) *The State of Population Theory: forward from Malthus*, Blackwell, Oxford, 1986.
- COOK, K. et al. The Distributive Power in Exchange Networks: theory and experimental results. *American Journal of Sociology*, 1983, 89: 275-305.
- DEGENNE, A. e FORSÉ, M. *Introducing Social Networks*. Sage Publications, London, 1999.
- ENGLE, S. *Structural Holes and Simmelian Ties: Exploring Social Capital, Task Interdependence and Individual Effectiveness*. Phd Thesis, University of North Texas, 1999.





- FAZITO, Dimitri. *Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários*. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005, 204p
- FERNÁNDEZ-KELLY, M. Social and Cultural Capital in the Urban Ghetto: implications for the economic sociology of immigration. In; Alejandro Portes (Ed.) *The Economic Sociology of Immigration*. Russell Sage Foundation: New York, 1995.
- FREEMAN, L. Centrality in Social Network: a conceptual clarification. *Social Networks*, 1979, 1: 215-239.
- FUKUYAMA, F. Capital Social y Desarrollo: la agenda venidera. In; Raúl Atria et al. (eds.). *Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*, CEPAL: Santiago, 2003.
- GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 1973, 78: 1360-80.
- GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 1985, 91: 481-510.
- GRANOVETTER, Mark. The Economic Sociology of Firms and Entrepreneurs. In; Alejandro Portes (Ed.). *The Economic Sociology of Immigration*. Russell Sage Foundation: New York, 1995
- GRIECO, E. The Effects of Migration on the Establishment of Networks: caste disintegration and reformation among the Indians of Fiji. *International Migration Review*, 1998, 32(3): 704-36.
- KNOKE, D. e KUKLINSKY, J. *Network Analysis*. Sage Publications, Series: Quantitative Applications in the Social Sciences, Newsbury, 1982.
- KRACKHARDT, D. *Groups, Roles and Simmelian Ties in Organization, working Paper*. Heinz School of Public Policy and Management, Carnegie Mellon University, Pittsburgh, 1996.
- LIN, Nan. Building a Network Theory of Social Capital. In; Nan Lin et al. (eds.) *Social Capital: theory and research*, Aldine de Gruyter Editors, New York, 2001 pp. 3-29.
- MASSEY, D. et al. *Return To Aztlan, The Social Process of International Migration From Western Mexico*. University of California Press, Berkeley, 1987.
- PORTES, A. Economic Sociology and the Sociology of Immigration: a conceptual overview. In; Alejandro Portes (Ed.). *The Economic Sociology of Immigration*, Russell Sage Foundation, New York, 1995.
- PORTES, A. e SENSENBRENNER, J. Embeddedness and Immigration: notes on the social determinants of economic action. *American Journal of Sociology*, 1993, 98: 1320-50.
- PUTNAM, R. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. *Travessia-Revista do Migrante*. São Paulo, v. 13, número especial, p. 7-32, jan. 2000.
- SIMMEL, G. *The Sociology of Georg Simmel*. Ed. K. Wolff, New York and Glencoe, Free Press, 1950.
- SIMMEL, G. *Conflict and The Web of Group Affiliations*. New York and Glencoe, Free Press, 1955.
- SOARES, W. Para Além da Conceção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In; Anais (CD-ROM) do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Ouro Preto, Brasil, 2002.
- TILLY, C. Transplanted Networks. In; Virginia Mclaughlin (ed.) *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*. Oxford University Press, New York, 1990.
- WELLMAN, B. The Network Community. In; Barry Wellman (ed.) *Networks in The Global Village*, disponível on-line no site do Prof. Wellman, Sociology Department, University of Toronto, Canada. 1999.
- ZHOU, M. e BANKSTON III, C. Social Capital and the Adaptation of the Second Generation: the case of Vietnamese youth in New Orleans. *International Migration Review*, 1996, 28 (4): 821-45.

